

JORNAL **Sindicato METABASE MARIANA** TRANSPARÊNCIA

MARIANA - 06 DE OUTUBRO DE 2023 - Nº 200

VALE ALEGA CUSTOS DE PRODUÇÃO PARA AMEAÇAR DIREITOS DOS TRABALHADORES

O METABASE MARIANA recebeu ontem, 5 de outubro, representantes da Vale que compareceram em nossa sede. A reunião, solicitada pela empresa, teve claramente a intenção de elevar a temperatura e apreensão dos trabalhadores em relação às negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2023.

O clima na reunião foi marcado por tensão, com a Vale alegando uma série de dificuldades que impactarão as negociações coletivas, recebendo repúdio do sindicato diante de argumentos pretensiosos que insinuam cortes sobre direitos vitais dos trabalhadores, com ameaça inclusive de reajuste mais baixo de salários se for necessário melhor algum benefício. A empresa iniciou a reunião levantando preocupações sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores, gerando apreensão quanto ao futuro dos acordos coletivos e ao bem-estar das famílias dos empregados.

Um dos pontos que causaram mais repulsa foi a alegação da Vale de um aumento nos custos do programa de saúde, atribuindo a responsabilidade aos próprios trabalhadores. O sindicato contestou firmemente essa justificativa, argumentando que a gestão adequada do programa de saúde é de responsabilidade da empresa, através da AMS, enquanto os trabalhadores enfrentam dificuldades crescentes para obter serviços médicos de qualidade.

A empresa também trouxe à tona a questão do cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), especificamente o denominado "fator Vale" criado por ela mesma. Esta proposta



gerou descontentamento, já que a PLR é considerada um dos principais incentivos para trabalharmos na empresa e não podemos admitir mexer em fatores que ameaça o direito da categoria.

A Vale vem manipulando com um argumento de disponibilidade financeira para chegarmos ao acordo, de forma que melhoria de um direito implicaria na necessidade de prejudicar um outro direito, inclusive o reajuste salarial. Alega dificuldades financeiras para lidar com os reajustes salariais, afirmando que uma parte significativa dos recursos é destinada a outros benefícios dos trabalhadores.

Por fim, a empresa manifestou uma preocupação injusta e desumana em relação ao "adicional de insalubridade", alegando que erro na forma de cálculo condicionado ao piso salarial, enquanto a legislação prevê a sua incidência sobre o valor do salário mínimo. Essa declaração gerou indignação, uma vez que essa medida impactaria diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores expostos a condições insalubres, colocando em risco sua saúde diariamente.

O sindicato enfatizou que não aceitará qualquer tentativa de minar os direitos conquistados nos acordos anteriores. A Vale já agendou uma nova reunião para o dia 10 de outubro.

PARTICIPE DA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS COLETIVOS!